Jornal da CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 4 · nº 33 · maio de 2011 · www.cut.org.br

ESPECIAL

1º de Maio é dia de luta

CUT reforça a defesa da liberdade e autonomia sindical como forma de ampliar a democracia no Brasil

nesta edição:

Conheça as principais atividades pelo Brasil
Página 2

O 1.º de Maio da CUT em todo o Brasil

BAHIA

Em Salvador, a celebração do Dia do Trabalhador da CUT-BA contará com uma atividade político e cultural, na Praça Castro Alves, a partir das **16h**, com atrações musicais diversas.

CEARÁ

"Trabalho Decente para o desenvolvimento sustentável: uma luta de todos e todas". Esse é o tema da Grande comemoração do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora realizada pela CUT-CE em 2011. Antes, um ato político será realizado no sábado, dia 30, a partir das **15h**, na Praça do Ferreira. O cantor Chico César integra as atrações culturais do ato, que conta ainda com o forró de Chico Pessoa e diversos artistas locais.

DISTRITO FEDERAL

No dia 1º de Maio, o trabalhador e toda a sua família poderão aproveitar a festa promovida pela CUT-DF na Esplanada dos Ministérios. As atividades começam cedo, às **10h**, com brincadeiras para a criançada, oficinas de maquiagem e cabeleireiro. A partir das **16h**, shows com artistas regionais. Às **19h**, sobe ao palco a dupla Zezé Di Camargo e Luciano.

ESPIRITO SANTO

O Dia Internacional do Trabalhador promovido pela CUT-ES acontece na Praia de Camburi. Confira abaixo a programação:
8h: Assembleia de Fechamento da CCT 2011/2012 (Praça dos Namorados)
9h: Concentração na Praça dos Namorados
10h30: Caminhada do Trabalhador
12h: Abertura oficial (em frente ao Posto Esso), Praia de Camburi
14h: Show Gospel (Raíssa e Rawel e Bruna Olly)
15h30: Ato político
16h: Show Nacional com o Grupo de Samba "Nosso Sentimento".

GOIÁS

A CUT-GO organiza uma série de atividades culturais neste 1.º de Maio. Conheça quem participa desta celebração:
15h - Concentração na Praça Cívica
Caminhada até Praça do Trabalhador
17h - Abertura dos shows com a Orquestra de violeiros de Goiânia, Albar Franco, Gilberto Correa e Banda, Gregory e Gabriel, Pó de ser, Xandó de Goiás, Elba Ramalho e Chico Rei e Paraná.

MINAS GERAIS

A CUT Regional Zona da Mata-MG, realizará uma Plenária Regional Ampliada como ato comemorativo do 1º de Maio, a partir das **10h** no Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora.

PARAÍBA

No dia 29 de abril a CUT-PB fará uma grande mobilização que se inicia na Estação Ferroviária (próximo ao Terminal de Integração, no Centro), às **16h** e segue para o Ponto de Cem Réis, com ato público e show com a Banda Tuareg's, a partir das **17h**.

PARANÁ

No Paraná, a CUT promove um grande ato no Parque Cambuí (Bairro Fazendinha – Cutiriba em 30 de abril para comemorar e refletir sobre o Dia Internacional do Trabalhador:
14h: Acolhida na Paróquia Santa Amélia (Rua Alcir Martins Bastos s/n próximo a unidade de saúde Santa Amélia, Bairro Fazendinha)
15h: caminhada até o Parque Cambuí (em frente ao terminal de ônibus do Fazendinha).
16h: Manifestação Política e Ecumênica
17h: Apresentação Show Musical Viola e Cantoria

RIO DE JANEIRO

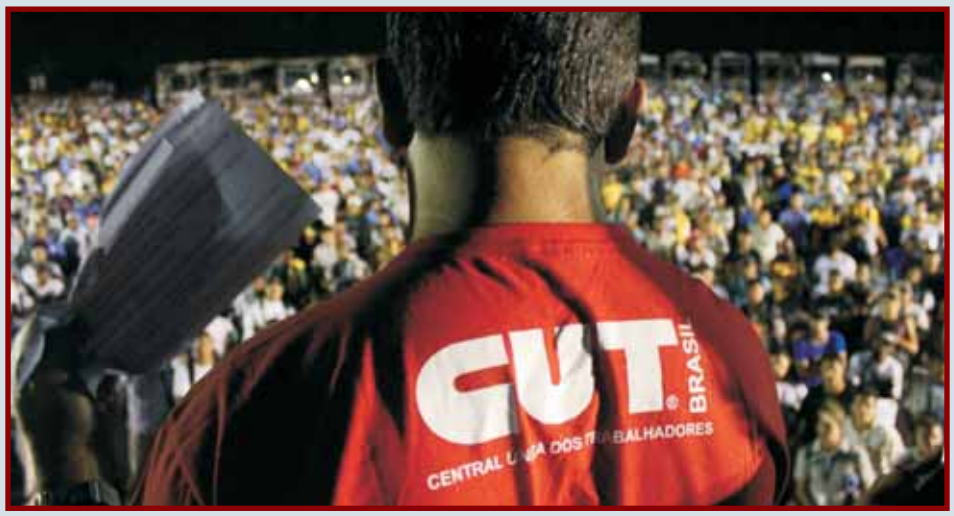
A CUT-RJ realiza no dia 1º de maio uma manifestação na Quinta da Boa Vista, a partir das **10h**.

SÃO PAULO

A CUT-SP realizará as comemorações do 1º de maio do ano de 2011 no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo, com o tema Brasil & África – Fortalecendo as lutas da classe trabalhadora. O objetivo é promover a união e o intercâmbio entre as lutas das duas culturas como forma de integração política e cultural.

A programação este ano contará com shows de Martinho da Vila, Mart´nália, Dog Murras (Angola), Rappin Hood, Chico César, Ilê Aiyê, além de atos inter-religiosos, culturais, políticos e exposições de roupas e feira gastronômica.

MovimenTo



Luiz Carvalho

CUT comanda assembleia com os trabalhadores da usina Santo Antônio

No dia 18 de abril, os operários das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, aprovaram em assembleia uma proposta negociada por CUT, Sticcero-CUT (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil) e Conticom-CUT (Confederação dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Madeira) que coloca a categoria no topo dos acordos coletivos no Brasil.

O aumento salarial de 11% representa uma elevação de cinco pontos acima da inflação, conquista de 15% das negociações em 2010, de acordo com dados do Dieese.

Porém, até atingir esse patamar, os operários encamparam uma grande luta que teve início após uma revolta no dia 15 de março, em Jirau, e continuou com uma greve de 10 dias, em Santo Antônio. Escolhemos o exemplo desses companheiros, cuja data-base é exatamente o dia 1.º de Maio, para mostrar que a mobilização deve ser a essência do Dia Internacional do Trabalhador.

expediente: **Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Adeilson Ribeiro Telles; Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Carmem Helena Foro; Dary Beck Filho; Denise Motta Dau; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; José Lopez Feijóo; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane da Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaías Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Isaías Dalle, Leonardo Severo, Luiz Carvalho, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva e Éder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Foto Capa:** Roberto Parizotti (1º de Maio de 2004), **Impressão:** Bangraf.

enTrevista

Os trabalhadores têm o direito de decidir

"Os trabalhadores têm o direito de escolher seu sindicato, de decidir como sustentá-lo e de se organizar nos locais de trabalho", diz o presidente da CUT

Artur, este ano, em nosso Primeiro de Maio, ficam em destaque as diferenças de concepção entre a CUT e as demais centrais. A imprensa chegou a falar em "união das outras centrais contra a CUT". Tudo isso é por que a CUT quer o fim do imposto sindical?

Nossa defesa do fim do imposto sindical, que não é nova, apenas estamos reiterando essa necessidade de mudança na estrutura sindical, é sem dúvida uma das razões. Porém, da mesma maneira como a defesa do fim do imposto sindical não é nova para a CUT, essas diferenças de concepção também não. Por exemplo, em anos anteriores, uma determinada central, algumas vezes com a participação de outras entidades, sortearam apartamentos e carros para o público, num show de assistencialismo e despolitização com o qual nunca concordamos.

O tema do fim do imposto sindical sempre cria polêmica. O fim do imposto não põe em risco a existência do movimento sindical dos trabalhadores?

É preciso deixar muito claro que não estamos defendendo simplesmente o fim do imposto sindical. Queremos substituí-lo pela contribuição sobre a negociação coletiva, uma forma de sustentação financeira que será decidida e aprovada – ou não – pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, em assembleias soberanas e divulgadas amplamente com antecedência, para que todos tenham a possibilidade de participar.

Esse formato de contribuição sobre a negociação coletiva também não é um conceito novo, é algo absolutamente em concordância com as resoluções que a CUT vem tomando desde sua fundação.

Observe este trecho de resolução do 1º Congresso Nacional da CUT (*Artur lê o trecho, escrito em agosto de 1984*): "Os trabalhadores, em seus diversos ramos produtivos e em suas diversas instâncias organizativas criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta. Todas as formas impostas de sustentação financeira deverão ser abolidas, sendo a assembleia de trabalhadores soberana para decidir como arrecadar fundos".

Parizotti

Lançamento do 1º de Maio da CUT em SP: Artur (camisa clara) e Adi Lima, presidente da CUT-SP junto com representantes de nações africanas

Então, o que defendemos é a criação de uma forma de sustentação que passe pelo crivo dos trabalhadores. Certamente, os sindicatos representativos, que têm atuação e defendem sua base, não têm o que temer.

Por que não?

Os sindicatos que ao longo do ano visitaram os locais de trabalho ou neles tiveram atuação constante, que dialogaram com os trabalhadores da base, que fizeram campanha salarial ou greves, que negociaram, enfim, que trabalharam, serão reconhecidos. Os trabalhadores vão notar a importância daquela entidade para o dia a dia deles e aprovarão o desconto, uma vez por ano, da contribuição sobre a negociação coletiva. Agora, o que não dá é pra ter desconto automático no holerite, sem o trabalhador nem saber qual sindicato vai receber aquele dinheiro.

A CUT também defende uma legislação que garanta aos sindicatos a liberdade de atuação. Por quê?

Antes de mais nada, devemos ter em mente que a ratificação da Convenção 87 da OIT precisa acontecer no Brasil. Esse texto, já adotado em diversos países, notadamente na Europa, garante liberdade de organização sindical para os trabalhadores e de autonomia dos sindicatos em relação a patrões e governos. A Convenção 87 será o grande guarda-chuva jurídico para essas mudanças. A partir dele construiremos a legislação complementar.

Só o fim do imposto e a criação da contribuição sobre a negociação coletiva não bastam. Ainda hoje, o patronato e muitas instâncias do poder público dificultam como podem a atividade sindical. Dirigentes sindicais são demitidos, trabalhadores que se associam ao sindicato são perseguidos, a justiça impetra ações que na prática impedem a organização dos trabalhadores, entre outras formas de práticas antissindicais. Por isso, precisamos elaborar e colocar em vigor uma legislação com o fim dessas práticas. E precisamos também garantir a existência da organização no local de trabalho em todos os setores e categorias. Se as entidades sindicais, escolhidas pelos trabalhadores, não puderem atuar de forma permanente nos locais de trabalho, não há democracia de fato nas relações de trabalho. E, sem isso, não há democracia plena no País.

Essa é a síntese de nossa principal bandeira neste 1º de Maio: liberdade, autonomia e democracia. Os trabalhadores e trabalhadoras têm o direito de escolher seu sindicato, de decidir de que forma vão sustentá-lo e de poder se organizar livremente em seus locais de trabalho. Será certamente um passo grande e fundamental para ajudar o Brasil a aprofundar um projeto de desenvolvimento sustentável que distribua renda e promova justiça social.

Liberdade, autonomia e fim do imposto sindical

Desde sua fundação, a CUT defende que a melhor forma de preservar as entidades sindicais realmente representativas, que mobilizam e negociam a ampliação do direitos, é substituir o imposto sindical por uma taxa negocial estabelecida em assembleia com ampla participação dos trabalhadores.

Da forma como está, o desconto de um dia de trabalho de todos que têm carteira assinada acaba por financiar as entidades de fachada que não promovem qualquer luta e não dialogam com a base. O dinheiro que vem fácil estimula a criação de, em média, 2,3 sindicatos diariamente no Brasil. Também não permite que a classe trabalhadora se organize com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos.

Em agosto de 2008, quando as centrais sindicais foram reconhecidas, os respectivos presidentes assinaram um compromisso para o fim da cobrança. Três anos depois, apenas a CUT ainda defende essa medida fundamental para garantir a autonomia, a liberdade e a independência dos trabalhadores diante do governo e das verbas públicas. Os trabalhadores e trabalhadoras têm o direito de escolher seu sindicato, de decidir de que forma vão sustentá-lo e de poder se organizar livremente em seus locais de trabalho. Será certamente um passo grande e fundamental para ajudar o Brasil a aprofundar um projeto de desenvolvimento sustentável que distribua renda e promova justiça social.

Fim do Fator Previdenciário

O Fator Previdenciário, mecanismo criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso para diminuir o valor da aposentadoria e elevar o tempo de contribuição deve ser imediatamente extinto.

No Brasil, a maioria das pessoas começa a trabalhar cedo e estipular uma idade mínima para que se aposentem no futuro seria puni-las por aquilo que deveria ser motivo de premiação.

Desde 2009, a CUT defende a proposta do fator 85/95, que foi transformada em projeto de lei mas que está parada na Câmara dos Deputados. Com ela, o trabalhador poderá somar o tempo de contribuição e a idade, uma maneira mais justa de melhorar o acesso à aposentadoria e garantir o financiamento do sistema previdenciário.

Ratificação da Convenção 87 da OIT

Neste 1º de maio, a Central Única dos Trabalhadores também reforça a luta pela assinatura da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1948, mas que ainda não foi ratificada pelo Brasil.

A norma acaba com a unicidade sindical e faz com que os trabalhadores tenham o direito de constituir organizações que considerem convenientes, ao contrário do que acontece hoje, em que a legislação impede a criação de um novo sindicato numa base onde já exista outro. Com a ratificação que já ocorreu em diversos países, principalmente na Europa, o que garantirá a sobrevivência dos sindicatos, federações e confederações será a capacidade de liderar e realizar a luta.

Mais uma vez, o que conta é a representatividade, o verdadeiro parâmetro que deve reger as relações entre a classe trabalhadora e seus representantes.

Trabalho decente

O diálogo entre trabalhadores e patrões deve acontecer na mesa de negociação e não com intervenção da Justiça ou da polícia, como acreditam muitos empresários que tentam impedir a luta e a organização da classe trabalhadora.

A principal artimanha utilizada nesses processos é o interdito proibitório, um mecanismo jurídico usado para impedir o exercício do direito constitucional de greve e a realização de piquetes onde as lideranças sindicais dialogam com a base.

A CUT também exige que os sindicalistas não sejam mais perseguidos ou demitidos por organizar os trabalhadores em seu local de trabalho e por defender os direitos de quem produz as riquezas de nosso país. Se as entidades sindicais, escolhidas pelos trabalhadores, não puderem atuar de forma permanente nos locais de trabalho, não há democracia de fato nas relações de trabalho. E, sem isso, não há democracia plena no País.

40 horas já!

A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários é fundamental para o Brasil e para os brasileiros porque poderá gerar mais de 2,5 milhões de empregos e ainda permitirá que os trabalhadores tenham mais tempo para estudar, melhorar a qualificação, ter mais tempo para o lazer e para a família.

Além disso, com as diversas inovações tecnológicas, os trabalhadores produzem cada vez mais em menos tempo. As novas exigências do mercado como a polivalência, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas de produção e a redução das pausas também exigem a alteração na legislação para evitar o adoecimento no local de trabalho.

A duração da jornada trabalhada no Brasil também é uma das maiores do mundo e, para piorar, falta uma limitação semanal, mensal ou anual para realização de horas extras, como existe em outros países tais como Uruguai, Alemanha e França. Somente o fim das horas extras já permitiria que 1 milhão de postos de trabalho fossem criados.